

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2014, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas da Demonstração do Fluxo de Caixa, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores. **SETOR ELÉTRICO. O Sistema de Transmissão Interligado Nacional.** As primeiras linhas de transmissão foram implantadas pelas concessionárias de distribuição para ligar sua geração própria aos consumidores de sua área de atuação. A partir da década de 50, o Estado interviém constituindo empresas com o propósito de implantar e operar grandes parques de geração. Essas empresas (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul) eram responsáveis também pela maioria das extensas linhas de alta tensão que transportavam a energia gerada aos centros de consumo. O restante do sistema interligado era composto por linhas de empresas de distribuição, atuando em suas respectivas áreas de concessão. A partir da criação da Eletrobrás, na década de 60, a expansão da geração e transmissão começa a ser planejada de modo a otimizar o atendimento ao mercado. A rede de transmissão em alta tensão que então se formava, interligando as usinas geradoras (de concessionárias de geração e distribuição) aos mercados consumidores (concessionárias distribuição e grandes consumidores) passa a ser chamada Sistema Interligado. Em 1973 é constituído o GCOI - Grupo Coordenador para Operação Interligada - promovendo mecanismos de cooperação entre as empresas e o uso racional das instalações com baixos custos operacionais. O GCOI foi o embrião do atual ONS. A operação centralizada do Sistema Interligado tem como base a interdependência operativa entre as usinas, a interconexão dos sistemas elétricos e a integração dos recursos de geração e transmissão para o atendimento ao mercado. A interdependência operativa deriva do aproveitamento conjunto dos recursos hidrelétricos, através da construção e da operação de usinas e reservatórios localizados em sequência em várias bacias hidrográficas. A geração em cada um desses subsistemas é majoritariamente hidráulica. Embora a estação chuvosa seja a mesma em quase todo o país (dezembro a abril), há diferenças na intensidade das precipitações: na região Norte, as chuvas são mais intensas e homogêneas ao longo do ano; já no Nordeste os meses secos podem ser muito rigorosos. Tal fato motivou os projetos de interligação Norte-Sul e Norte-Nordeste licitados nos últimos anos que permitiu a transferência de energia dos sistemas hídricos das regiões Norte (bacia do Tocantins) e Sul (principalmente Itaipu) para as regiões Sudeste e Nordeste. A partir da década de 90, o Governo passa a patrocinar a mudança do modelo energético. Sob o novo modelo, tem-se a criação dos negócios Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização, bem

como a dissociação entre área de atuação e exploração da rede (isto é, a concessionária não está mais limitada a uma região específica de atuação). A maioria das empresas de distribuição é privatizada. Novas licitações são feitas para exploração de usinas geradoras e construção e operação de novas linhas de transmissão. A implantação do novo modelo do sistema elétrico impacta a rede de transmissão e seus operadores de forma especial. Passa a ser considerada como concessionária de transmissão a empresa responsável pela operação de linhas pertencentes à Rede Básica. Essas empresas têm remuneração própria, ao longo do período de concessão, independente da carga transportada e vinculada ao investimento na implantação e à disponibilidade das linhas. Pretende-se com o novo modelo facilitar a entrada de novos players no negócio Transmissão, aumentando a concorrência e a especialização. Através desses novos investimentos espera-se ampliar a capilaridade da rede de transmissão, com melhoria na confiabilidade e flexibilidade operativas. **O Segmento da Transmissão.** Pelo novo modelo, as concessões das novas linhas de transmissão passaram a ser ofertadas em leilão público. Regras claras e a baixa percepção de risco por parte dos investidores levaram o recém-criado setor de Transmissão a um rápido crescimento, com a entrada de novos players e uma intensa competição que tem levado a deságios de mais de 50%. Após a entrada do governo Lula, modificações foram feitas no modelo de licitação de novas linhas, as principais sendo a transferência, para o Ministério de Minas e Energia, do gerenciamento das licitações e a permissão de que as concessionárias federais concorram aos leilões, desde que associadas e com participação minoritária. De modo geral, entretanto, essas modificações foram pequenas, não alterando a essência do modelo. O ONS tem cumprido dois papéis: o de coordenar a operação da Rede Básica e gerenciar o acesso de novos usuários, e o papel de nortear a expansão da Rede Básica no horizonte de 3 anos, indicando a transmissão necessária em cada região e os limites interregionais. O planejamento em horizonte superior a 3 anos, indicando as soluções estruturais para o sistema de transmissão, é de responsabilidade da EPE. Sendo a geração majoritariamente hidroeletétrica, as novas linhas têm tido a função de integrar as bacias, transferindo grandes blocos de energia para regiões com escassez de chuva. A transmissão funciona assim como uma usina virtual, lançando mão da diversidade dos regimes de chuvas e vazões dos rios das principais bacias hidrográficas. Dados do ONS indicam que, desde 1998, a taxa de crescimento da rede evoluiu para de 0,8 % para 3 % ao ano e os limites de transferência entre Itaipu/Região Sul para a Região Sudeste, triplicaram, enquanto os das Regiões Norte/Sudeste para a Região Nordeste mais do que quadruplicaram. **A Guaraciaba.** A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("GTE" ou "Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14/03/2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas,

955 - Sala 1101, parte, Centro - Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico-SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Guaraciaba que foi vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 09/03/2012. O contrato de concessão com a ANEEL foi assinado no dia 10.05.2012 com o prazo de 32 meses para entrada em operação. O Lote B é formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. Futuramente, outras usinas serão conectadas a esse tronco. Em 31/12/2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 272.168.061, dividido em 272.168.061 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração de Energia S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

	%
State Grid Brazil Holding S.A.	51%
Copel Geração de Energia S.A.	49%
	100%

O Objeto de nossa Sociedade é a prestação de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão. Nossa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. **EXERCÍCIO 2014.** Em 2014 a Guaraciaba encontra-se em fase de construção. **Agradecemos.** Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão de concessionária. Rio de Janeiro, 27/03/2015. **A Administração.**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.171.139	124.483.972
Impostos a recuperar		2.205.609	144.635
Adiantamentos	5	31.120	465.615
Outros créditos	6	17.740	810.105
Total do ativo circulante		39.425.608	125.904.327
Não Circulante			
Ativo financeiro indenizável	7	712.349.050	197.448.430
Imobilizado líquido		119.972	84.375
Total do ativo não circulante		712.469.022	197.532.805
Total do Ativo		751.894.630	323.437.132
Passivo EPatrimônio Líquido			
Passivo Circulante			
Fornecedores	8	15.778.419	51.196
Retenções contratuais	9	203.446	108.926
Salários e encargos	10	234.400	264.097
Impostos e contribuições sociais	11	4.789.823	429.122
Debêntures	12	401.144.449	240.218.617
Dividendos propostos	14.c	8.016.478	367.220
Outros passivos circulantes		296.450	281.543
		430.463.465	241.720.721
Passivo Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	23.510.689	2.471.725
Total do passivo não circulante		23.510.689	2.471.725
Patrimônio Líquido			
Capital social	14.a	272.168.061	78.050.414
Reserva legal	14.b	1.702.980	92.610
Lucros retidos		24.049.435	1.101.662
Total do patrimônio líquido		297.920.476	79.244.686
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		751.894.630	323.437.132

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita de Construção		458.023.599	186.882.514
Custo de Construção	15	(458.023.599)	(186.882.514)
Lucro Bruto		-	-
Despesas Operacionais			
Pessoal		(1.862.872)	(1.639.069)
Materiais		(903)	(2.603)
Serviços de terceiros		(1.046.828)	(800.164)
Tributos		(279.775)	(48.147)
Arrendamentos e aluguéis		(264.247)	(99.987)
Despesas administrativas		(6.655)	(11.616)
Seguros		(8.232)	-
Outros		2.500	38.832
Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras		(3.467.012)	(2.562.753)
Receitas Financeiras			
Receitas de aplicações financeiras		229.670	697.197
Rendas sobre ativo financeiro		56.877.021	7.013.899
Despesas Financeiras			
Despesas financeiras		(282.686)	(28.729)
Total		56.824.005	7.682.366
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		53.356.993	5.119.613
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(795.683)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(21.149.592)	(2.471.725)
Total		(21.149.592)	(3.267.408)
Lucro Líquido do Exercício		32.207.401	1.852.205

Demonstração dos Fluxos de Caixa nos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

Fluxo de Caixa das Atividades	31/12/2014	31/12/2013
Operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	53.356.993	5.119.613
Ajustes de Itens Sem Desdobro de Caixa para Conciliação do Lucro com o Fluxo de Caixa		
Adiantamentos	792.366	(520.899)
Impostos a recuperar	(2.060.974)	(126.804)
Despesas pagas antecipadamente	-	(1.334.852)
Outros créditos	434.495	(386.787)
Fornecedores	15.727.223	(465.123)
Impostos e contribuições sociais	4.276.903	(396.768)
Retenções contratuais	94.520	36.263
Outros passivos circulantes	14.906	391.661
Salários e encargos	(56.527)	3.549
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais	72.579.904	2.319.854
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Ativo financeiro indenizável	(514.900.620)	(193.896.413)
Aquisição de imobilizado	(35.596)	(23.782)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(514.936.216)	(193.920.194)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Debêntures	160.925.832	241.553.469
Integralização de Capital	(194.117.647)	63.549.414
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamentos	355.043.479	305.102.883
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(87.312.833)	113.502.543
Início do exercício	124.483.972	10.981.429
Final do exercício	37.171.139	124.483.972
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(87.312.833)	113.502.543

Demonstração dos resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	32.207.401	1.852.205
Outros resultados abrangentes	-	-

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Receita		
Receita	458.023.599	186.882.514
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custo	(458.023.599)	(186.882.514)
Serviços	(1.046.828)	(800.164)
Valor Adicionado Bruto	(1.046.828)	(800.164)
Valor Adicionado Reebido em Transferência		
Resultado Financeiro	56.824.005	7.682.366
Valor Adicionado Total a Distribuir	55.777.178	6.882.202
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	1.862.872	1.639.069
Tributos	21.429.367	3.315.555
Despesas administrativas	7.559	11.616
Outros	269.979	63.757
Lucro do exercício	32.207.401	1.852.205
Total	55.777.178	6.882.202

venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.7. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.8. Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL):** Conforme facultado pela legislação tributária, para o ano de 2014, a Companhia optou pelo regime de tributação do lucro real trimestral, cuja base de cálculo do imposto de renda é calculada por meio da aplicação do percentual de 15%, considerando-se o adicional de 10%, e a CSLL está constituída à alíquota de 9%, respectivamente, cuja base de cálculo para a apuração do IR e CSLL é o lucro antes dos impostos. **3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **3.10. Demonstrações dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **3.11. Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento. **3.12. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço (vide Nota 12 - Debêntures). **3.13. Lucro / Prejuízo por ações:** É calculado com base no número de ações representativas do Capital Social Integralizado na data do balanço. **3.14. Adoção de novos pronunciamentos contábeis:** (i) A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014, mas que não surtiram efeitos significativos na Companhia: • IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32: essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. • Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. • IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - Revisão da IAS 39: Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. (ii) A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social iniciado em 01 de janeiro de 2015: • IFRS 9 Instrumentos Financeiros - reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou

Demonstração das Mutações do patrimônio líquido EM 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Capital social	Reservas de lucros Legal	Lucros retidos	Lucro/Prejuízo acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	14.501.000	-	-	(290.713)	14.210.287
Integralização do Capital com AFAC	63.549.414	-	-	-	63.549.414
Lucro do exercício	-	-	-	1.852.205	1.852.205
Constituição de reserva legal	-	92.610	-	(92.610)	-
Lucros retidos	-	-	1.101.662	(1.101.662)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(367.220)	(367.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	78.050.414	92.610	1.101.662	-	79.244.686
Integralização de capital com emissão de 114.117.646 ações em 10/12/2014	114.117.647	-	-	-	114.117.647
Integralização do Capital com AFAC em 24/11/2014	80.000.000	-	-	-	80.000.000
Lucro do período	-	-	-	32.207.401	32.207.401
Constituição de reserva legal	-	1.610.370	-	(1.610.370)	-
Lucros retidos	-	-	22.947.773	(22.947.773)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(7.649.258)	(7.649.258)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	272.168.061	1.702.980	24.049.435	-	297.920.476

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

1. Informações gerais: A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("GTE" ou "Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico- SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Guaraciaba que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 09 de março de 2012. O Lote B é formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. Futuramente, outras usinas serão conectadas a esse tronco. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste. **1.2. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI:** A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 26 de julho de 2013. **1.3. Início da operação comercial:** A Companhia tem previsão de entrada em operação comercial estabelecida para 30 de novembro de 2015, conforme explicitado em nossa Nota "18. Eventos Subsequentes". **2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas ao exercício anterior e foram autorizadas pela Administração em 06 de fevereiro de 2015. As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia está em fase de construção das estruturas necessárias aos trabalhos de transmissão de energia elétrica. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim, como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. Adicionalmente as demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior, algumas reclassificações foram efetuadas para melhor apresentação. **2.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas

após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. • IFRIC 21 - tributos: clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários - CVM), que são os seguintes: • Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44) - As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum. • Demonstrações Contábeis Pró-forma (CPC 06) - Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras Pró-forma que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios. Não existem outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **3.15. Principais Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico: a) Plano de Contas:** A Companhia adota o plano de contas do manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e suas alterações posteriores. **b) Ativos e Passivos Regulatórios:** Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão da Companhia, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão. As diferenças entre os somatórios dos custos não gerenciáveis (também denominados "Parcela A"), utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Companhia e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo ou Passivo. Após a inclusão das diferenças no reajuste tarifário, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento ou ressarcimento dos valores através das contas de energia. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são, basicamente, referentes a saldos em contas correntes bancárias para utilização nos primeiros dias do exercício.

	31/12/2014	31/12/2013
Bancos conta movimento	3.611.911	5.972.335
Fundo de caixa	169	-
Aplicações financeiras - CDB Banco Santander	688.150	113.599.337
Aplicações financeiras - CDB Banco HSBC	32.722.300	2.874.000
Rendas a receber	148.609	2.038.300
Total	37.171.139	124.483.972

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 90% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI do banco HSBC e à taxa de 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI do banco Santander. As receitas referentes aos saldos que ainda não foram resgatados, no valor de R\$ 148.609 (R\$2.038.300 em 2013), estão classificadas como rendas a receber.

	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamento a funcionários	-	78.827
Adiantamento a fornecedores	31.120	386.788
Total	31.120	465.615

Os adiantamentos a funcionários são relativos às necessidades de viagens e às prestações de contas efetuadas em um período não superior a 20 (vinte) dias. Os adiantamentos a fornecedores representam o repasse feito através de contratos para fornecedor responsável pelo planejamento, gerenciamento e supervisão do projeto. O valor será compensado com as medições a serem apresentadas pelo fornecedor e aprovadas pela Companhia. **6. Outros créditos:** O saldo, em 31 de dezembro de 2014, de outros créditos no valor de R\$ 17.740 (R\$ 810.105, em 31 de dezembro de 2013), refere-se a pagamentos de despesas efetuados durante a operação e que serão compensados em prazo inferior a 30, como créditos de fornecedores e pessoal ligado. **7. Contas a receber - ativo financeiro indenizável:** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: • O contrato estabelece quais serviços o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo: (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente. (b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto. (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. (d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O montante total a receber, acumulado, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 712.349.050 (R\$ 197.448.430 em 31 de dezembro de 2013), classificados no ativo não circulante, e está composto conforme se segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo Financeiro Indenizável	31/12/2014	31/12/2013
Indenizações de serviço	9.739.410	5.134.293
Encargos sobre empréstimos	47.989.482	3.019.324
Pessoal e encargos operacionais	1.755.433	821.226
Tributos	2.410.833	2.231.207
Serviços de terceiros	4.366.520	7.444.965
Estudos e projetos	62.593	3.676.019
Seguros	917.739	362.325
Arrendamentos e aluguéis	33.934	1.140.523
Adiantamento a fornecedores	63.407.648	100.181.914
Remuneração dos ativos de concessão	56.877.021	7.013.898
Estruturas metálicas, estacas, pinos	117.792.839	27.100.917
Máquinas e equipamentos	99.123.419	-
Depósito Judicial	11.815.572	1.086.348
Obras de engenharia	141.851.604	2.457.051
Cabos e condutores	154.120.885	35.684.088
Outros	83.118	94.332
Total	712.349.050	197.448.430

8. Fornecedores: O saldo da conta de fornecedores está composto como se segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Totvs Rio Software	3.511	33.647
Meta Regularizações	-	683
Siemens	10.874.126	-
Brametal	1.061.930	-
Dom Construtora	57.917	-
Belgo Bekaert	30.000	-
EMPO	2.410.762	-
Grantel equipamentos	906.379	-
Outros	433.794	16.866
Total	15.778.419	51.196

9. Retenções contratuais: Em 31 de dezembro de 2014, O valor de R\$203.446 (R\$ 108.926 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à retenção contratual de fornecedores, conforme abaixo, e será restituído quando da conclusão do serviço contratado. As retenções são efetuadas no momento do pagamento das faturas e estão baseadas em contratos e não tem previsão de alteração por encargos.

	31/12/2014	31/12/2013
Ecarl Empresa de Cadastramento Avaliações e	-	-
Regularizações	26.637	34.485
Biodinâmica Eng. Meio Ambiente	45.070	191
Avalicon Engenharia	113.325	61.925
Antropica Consult. Cie	-	12.325
Amaro Antunes	18.414	-
Total	203.446	108.926

10. Salários e encargos: Os saldos de salários e encargos estão compostos como se segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Salários e ordenados	26.830	-
FGTS a recolher	11.464	7.994
INSS a recolher	58.797	75.832
Imposto de renda retido na fonte a recolher	38.113	84.649
Provisão de férias e encargos	99.196	95.341
Outros	-	281
Total	234.400	264.097

As contribuições sociais e os impostos retidos dos funcionários são recolhidos no mês subsequente, de acordo com o calendário fiscal. Os valores a recolher referentes à INSS representam a contribuição a ser recolhida para o Instituto Nacional de Seguridade Social, a parte descontada dos funcionários e a parte da empresa.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Aos Administradores e Acionistas da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do balanço patrimonial líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** 2. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** 3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e execu-

	31/12/2014	31/12/2013
11. Impostos e contribuições sociais	532.372	132.584
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL Retida na Fonte	333.409	32.510
Lei 10.833/2003 - Pis/Cofins/CSLL Retidos na Fonte	30.354	32.364
Imposto sobre serviços - ISS	2.359.821	102.679
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.406.987	2.105
Contribuição social sobre o Lucro	126.880	126.880
Total	4.789.823	429.122

O saldo de imposto de renda retido na fonte - IRRF e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL Retida na fonte, compreendem os valores retidos sobre o pagamento efetuado a fornecedores, em consonância com a legislação em vigor, e, que serão recolhidos no mês subsequente. O saldo de imposto sobre serviços representam as retenções de fornecedores prestadores de serviços, que são efetuadas com base na data efetiva do serviço e o recolhimento é feito para cada prefeitura onde o serviço for efetuado, de acordo com a legislação municipal e com a Lei complementar 116/2003. Os valores apresentados na rubrica, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, referem-se a retenção na fonte do INSS sobre a mão de obra utilizada pelos fornecedores, na prestação dos serviços conforme IN RFB 971/2009 e alterações posteriores. O saldo apresentado na rubrica Contribuição Social Sobre o Lucro corresponde, ao valor corrente, apurado sobre o resultado do exercício. **12. Debêntures:** Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de junho de 2013 ("AGE"), os acionistas da Companhia aprovaram a realização da 1ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária e não conversíveis em ações, com garantia fidejussória adicional, em série única da Companhia, que foi composta de 400 (quatrocentos) debêntures, com o valor nominal unitário de R\$1.000.000 (um milhão de reais) cada ("valor nominal unitário"), em série única para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("ICVM 476"), perfazendo o total de R\$400.000.000 (quatrocentos milhões de reais). Data da emissão: 20/06/2013; Vencimento: 20/12/2014; Forma de Subscrição e Integralização: A qualquer tempo via CETIP; Remuneração: 100% da taxa média diária. "Taxa DI over extra grupo". Pro rata temporis por dias úteis; Ano base: 252 dias úteis; Destinação dos recursos: Investimentos na própria companhia; Garantias: Fidejussória; Interveniante garantidor: State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A. Banco liquidante e Escriturador Mandatário: Banco Bradesco S.A.; A primeira emissão de debêntures foi realizada em 20 de junho de 2013, sendo emitidas R\$ 51.016.403 e efetivamente recebido R\$ 50.144.572, líquido do custo de transação. Em 01 de outubro de 2013 foi realizada a segunda emissão de debêntures, no montante de R\$ 185.903.980, sendo efetivamente recebido R\$ 184.539.458, líquido do custo de transação. Em 28 de maio de 2014, foi realizada a emissão de novas debêntures, no valor total de R\$ 32.194.137 (32.862.313), líquido do custo de transação. O saldo atualizado das emissões, até 31 de dezembro de 2014, é de R\$401.144.449 (R\$240.218.617, em 31 de dezembro de 2013), líquidas do custo de transação. As debêntures são remuneradas a 100% da taxa média diária, "Taxa DI over extra grupo", Pro rata temporis por dias úteis, e tem vencimento final em 20 de dezembro de 2014. As debêntures têm como garantidores a State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., acionistas da Companhia. As debêntures não possuem cláusula de repactuação e não incidem sobre elas cláusulas restritivas. **Custo de transação das debêntures.** A Companhia em 2013 incorreu em custos necessários para a efetivação de financiamentos de debêntures no valor de R\$ 2.236.354. A amortização destes valores com o reconhecimento no custo da construção conforme CPC 20 R1, e é realizada mensalmente, considerando o período de vencimento das debêntures de 18 meses, encerrando em 20 de dezembro de 2014. Em 20 de dezembro de 2014 a Companhia obteve a prorrogação do prazo de vencimento das debêntures para o dia 20 de junho de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, foi amortizado o montante de R\$ 121.970 (R\$ 901.502, em 31 de dezembro de 2013). **13. Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e, estabeleça provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias decorrente da aplicação do IFRIC 12, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Diferido	17.276.940	1.817.445
Contribuição Social Diferida	6.233.749	654.280
Total	23.510.689	2.471.725

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos referem-se ao resultado positivo dos juros calculados sobre o ativo financeiro indenizável. **14. Patrimônio líquido:** a) **Capital social.** Em 16 de setembro de 2013, através da reunião do conselho de administração foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 63.549.414, com a emissão de 63.549.414 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, com a integralização do valor de Adiantamento para futuro aumento de capital, passando o capital social, de R\$ 14.501.000, para R\$78.050.414. Em 24 de novembro de 2014, através da ata da 17ª reunião do conselho de Administração foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$800.000.000 (oitenta milhões de reais), com a emissão de 800.000.000 (oitenta milhões) novas ações nominativas com valor nominal de R\$ 1 (um real) cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, com a integralização do valor de adiantamento para futuro aumento de capital, passando o capital social de R\$ 78.050.414 (setenta e oito milhões, cinquenta mil e quatrocentos e quatorze reais), para R\$158.050.414 (cento e cinquenta e oito milhões, cinquenta mil e quatrocentos e quatorze reais). Também foi aprovada nesta reunião do Conselho de Administração, a emissão de 114.117.646 (cento e quatorze milhões, cento e dezesseis mil, seiscentos e quarenta e seis) ações ordinárias sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada a serem subscritas e integralizadas pelos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social. Em 10 de dezembro de 2014 foram subscritas e integralizadas 114.117.646 (cento e quatorze milhões, cento e dezesseis mil, seiscentos e quarenta e seis) ações ordinárias sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, pelos sócios, conforme autorizado na 17ª reunião do conselho de Administração através da ata de 24/11/2014, com o aumento no capital social no valor de R\$114.117.647 (cento e quatorze milhões, cento e dezesseis mil e seiscentos e quarenta e sete reais) passando o capital social de R\$158.050.414, (cento e cinquenta e oito milhões, cinquenta mil e quatrocentos e quatorze reais), para R\$272.168.061 Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$272.168.061 (duzentos e setenta e dois milhões, cento e sessenta e oito mil e sessenta e um reais), dividido em 272.168.061(duzentos e setenta e dois milhões, cento e sessenta e oito mil e sessenta e um) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A, na proporção de 51% e 49%, respectivamente. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Capital Social
State Grid Brazil Holding S.A.	R\$ 138.805.710,50
COPEL Geração e Transmissão S.A.	R\$ 133.362.350,50
Total	R\$ 272.168.061,00

b) **Reserva legal.** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) **Dividendos.** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. d) **Lucro por ação.** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. **15. Custo de construção:** Refere-se aos serviços de implantação e construção das linhas de transmissão ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. O saldo da receita de construção esta composto conforme segue abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
Indenizações de serviço	(4.790.159)	-
Encargos sobre debêntures	(37.888.136)	(3.016.308)
Pessoal e encargos operacionais	(934.207)	(558.701)
Tributos	(179.626)	-
Serviços de terceiros	-	(8.341.778)
Seguros	(555.414)	-
Adiantamento a fornecedores	(36.774.266)	(100.181.914)
Estruturas metálicas	-	(27.100.917)
Depósito Judicial	(10.729.224)	-
Obras de engenharia	(57.854.423)	(2.457.051)
Máquinas e equipamentos	(308.252.138)	-
Cabos e condutores	(66.006)	(35.684.088)
Outros	(458.023.599)	(9.541.757)
Total	(458.023.599)	(186.882.514)

No exercício de 2014 os valores de cabos e condutores, estruturas metálicas e serviços de terceiros foram reclassificados para a conta de máquinas e equipamentos, para melhor atender a classificação contábil de acordo com a agência reguladora. **16. Instrumentos financeiros:** 16.1. **Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:** Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013	
Ativos financeiros	Recebíveis	resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	37.171.139	37.171.139
Impostos a recuperar	2.205.609	-	2.205.609
Adiantamentos	31.120	-	31.120
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	712.349.050	-	712.349.050
Total	714.585.779	37.171.139	751.756.918

	31/12/2013	31/12/2013
O valor justo por meio do resultado	Resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	124.483.972
Adiantamentos	465.615	-
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	197.448.430	-
Total	197.914.045	124.483.972

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os valores de debêntures são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os demais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme saldo demonstrado abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
Passivos financeiros	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores	15.778.419	51.196
Debêntures	401.144.449	240.218.617
Impostos e contribuições sociais	4.789.823	429.122
Salários e encargos	234.400	264.097
Retenções contratuais	203.446	108.926
Total	422.150.537	241.071.958

16.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado.** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações das taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos ambientais.** As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio. c) **Riscos cambiais.** Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. d) **Riscos de crédito.** O risco surge da possibilidade de virem a incorrer perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionários e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as empresas monitoram as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. e) **Riscos de liquidez.** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a empresa não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A empresa pode adotar, como Política Financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira, caso houver. f) **Riscos de**



tada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. 4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião**. 6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros Assuntos. Demonstrações do valor adicionado**. 7. Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**. 8. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 05 de maio de 2014, que não conteve modificação, no entanto, conteve ênfase decorrente da avaliação da continuidade operacional da Companhia, por apresentar insuficiência de capital de giro. Rio de Janeiro, 17 de março de 2015. Boucinhas, Campos & Conti - Auditores Independentes S/S - CRC-SP-5.528/O-S-RJ. Antonio Carlos de Oliveira Pires - Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ.